



MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA

RESOLUÇÃO N.º 434/2008

EMENTA: Estabelece o currículo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Justiça Administrativa.

O CONSELHO DE ENSINO E PESQUISA da UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e considerando o que mais consta do Processo nº 23069.020998/08-35,

R E S O L V E :

Art. 1º - O currículo do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Justiça Administrativa compreende as disciplinas, os créditos e a carga horária abaixo relacionados:

Disciplinas	Créditos (*)			Carga Horária
	T	P ou TP	ES ou TO	
OBRIGATÓRIAS				30
Princípios fundamentais da jurisdição administrativa	2			30
Análise econômica do interesse público	2			30
Metodologia da pesquisa jurídica	2			30
OPTATIVAS	2			
O desenvolvimento histórico e político da justiça administrativa nacional	2			30
Espaços públicos e justiça administrativa	2			30
Evolução dos princípios de jurisdição administrativa no Brasil	2			30
A história do processo jurisdicional no Brasil	2			30
Os sistemas europeus de justiça administrativa em uma perspectiva comparada	2			30
A história do poder judiciário no Brasil	2			30
A formação do direito brasileiro	2			30
O alcance dos sistemas nacionais de justiça administrativa na América Latina	2			30
O reflexo na América Latina das tradições dos sistemas europeus de jurisdição administrativa	2			30
A proteção judicial do cidadão e o controle jurisdicional da Administração Pública em uma perspectiva comparada na América Latina	2			30

A Justiça Administrativa no Brasil	2			30
A jurisdição administrativa de urgência	2			30
Execução de sentenças contra a Administração Pública	2			30
Direito Processual Tributário	2			30
Bases constitucionais do direito administrativo e da jurisdição administrativa	2			30
Tópicos de Direito Administrativo I	2			30
Tópicos de Direito Administrativo II	2			30
Tópicos de Direito Administrativo III	2			30
O direito administrativo comunitário	2			30
Sociologia e processo	2			30
Tutela judicial efetiva e direitos humanos	2			30
Jurisdição constitucional	2			30
A tutela judicial no direito previdenciário	2			30
Fundamentos da Cooperação Interjurisdicional	2			30
A cooperação interjurisdicional no espaço judicial europeu	2			30
A cooperação interjurisdicional na Ibero-américa	2			30
A cooperação interjurisdicional e as causas transnacionais de interesse estatal	2			30
A cooperação interjurisdicional penal	2			30
A cooperação interjurisdicional em matéria de família	2			30
O regime jurídico do estrangeiro	2			30
Fundamentos do Direito Internacional Privado	2			30
História da intervenção do Estado na economia e o interesse público	2			30
Impacto social das decisões judiciais	2			30
Interesse público e escolha pública	2			30
A economia do desenvolvimento humano e a judicialização das políticas públicas	2			30
Intermediação financeira, crescimento econômico e a concepção de interesse público	2			30
Impacto das decisões judiciais no orçamento e finanças públicas	2			30
História das políticas de saúde no Brasil e o Sistema Único de Saúde	2			30
A Gestão do Sistema Único de Saúde	2			30
Os modelos assistenciais, cuidado e processos de trabalho em saúde	2			30
Incorporação tecnológica na saúde	2			30
Aspectos econômicos das políticas de saúde	2			30
Introdução à saúde suplementar e a relação público privado	2			30
Tópicos de saúde suplementar I	2			30

Tópicos de saúde suplementar II	2			30
Tutela judicial da saúde	2			30
Direito à saúde na Constituição da República	2			30
Controle judicial da saúde suplementar	2			30
Gestão e políticas ambientais	2			30
Administração Pública, regularização fundiária e áreas de risco	2			30
Política nacional do meio ambiente	2			30
Justiça ambiental	2			30
Direito urbanístico	2			30
Conflitos socioambientais	2			30
Sociologia do meio ambiente	2			30
Tópicos de Direito Ambiental	2			30
Economia do meio ambiente e a judicialização das políticas ambientais	2			30
Sociedade do espetáculo e midiaticização da justiça	2			30
Mídia, Justiça, e senso comum	2			30
Linguagem jornalística	2			30
Jornalismo institucional e Poder Judiciário	2			30
Ética, legislação e direito à informação	2			30
Análise do discurso	2			30
Poder Judiciário x Mídia em contexto histórico	2			30
Mídia e Poder: elites intelectuais e imprensa no Brasil	2			30
Teorias da comunicação e do jornalismo	2			30
Novas tecnologias da informação	2			30
Tópicos de Direito para Mídia I	2			30
Tópicos de Direito para Mídia II	2			30
Tópicos de Direito para Mídia III	2			30
Tópicos de Direito para Mídia IV	2			30
Análise das culturas e práticas sociais nas representações da violência no Rio de Janeiro através do cinema	2			30
O papel da psicologia nos julgamentos	2			30
Interlocuções entre Psicologia e Justiça	2			30
Tópicos de Psicologia para Justiça Administrativa I	2			30
Tópicos de Psicologia para Justiça Administrativa II	2			30
Tópicos de Psicologia para Justiça Administrativa III	2			30
Tópicos de Psicologia para Justiça Administrativa IV	2			30
Ética e Judiciário	2			30
Ética, Judiciário e gestão institucional pública	2			30
Deontologia	2			30
Mediação e conciliação	2			30

Argumentação, lógica fundamentação das decisões judiciais	2			30
História, Arquivo e Direito	2			30
Gestão documental judiciária e arquivologia I	2			30
Gestão documental judiciária e arquivologia II	2			30
Fontes de informação jurídica	2			30
Comunicação Científica e Direito	2			30
Gestão estratégica da informação e do conhecimento	2			30
Inovações tecnológicas na prestação jurisdicional	2			30
Estatística judiciária	2			30
Cultura e mudança organizacional	2			30
Liderança e gestão do conhecimento	2			30
Gestão pública e gestão dos recursos públicos fundamentos de administração pública	2			30
Inteligência competitiva	2			30
Gestão governamental contemporânea	2			30
Matemática financeira e contabilidade nos litígios judiciais	2			30
Introdução ao Direito Canônico	2			30
Fundamentos do Direito Eclesiástico	2			30
Direitos humanos e liberdades religiosas	2			30
Sistema Judicial Canônico	2			30
Direito Concordatário (Acordos Igreja – Estado) e o princípio da liberdade religiosa	2			30
ATIVIDADES PROGRAMADAS				
Atividades Programadas I	2			30
Atividades Programadas II	2			30
Atividades Programadas III	2			30
SEMINÁRIOS DE MONOGRAFIA				
Seminário de Monografia	2			30

Art. 2º - O currículo de que trata esta Resolução deverá ser cumprido num tempo útil de 540 horas e 36 créditos referentes a atividades em sala de aula e participação nas atividades seguintes:

- I- 3 (três) disciplinas obrigatórias, cada uma com 30 (trinta) horas ou 2 (dois) créditos, e, ainda, 9 (nove) disciplinas optativas, cada uma também com 30 (trinta) horas ou 2 (dois) créditos, em um total de 360 (trezentos e sessenta) horas ou 24 créditos;
- II- 90 (noventa) horas ou 6 (seis) créditos de atividades programadas;
- III- 30 (trinta) horas ou 2 (dois) créditos, em seminário de monografia;
- IV- 60 (trinta) horas ou 4 (quatro) créditos, destinados à defesa da monografia.

§1º - Constituem atividades programadas a elaboração e participação em seminários de pesquisa, eventos e missões científicas realizados no âmbito do Curso de Pós-graduação *lato sensu* Justiça Administrativa, e estudos supervisionados por docente do Curso.

§2º - Independente da modalidade de oferta do curso, presencial ou a distância, as atividades programadas, a avaliação final de cada disciplina e a defesa de monografia serão obrigatoriamente presenciais.

Art. 3º - O curso terá a duração em períodos letivos de :

- a) mínima: 2 semestres
- b) máxima: 6 semestres

§ 1º - Na duração máxima estão incluídos os 2 (dois) períodos de trancamento aos quais os alunos têm direito.

§ 2º - Em caso de dificuldade de realização do trabalho final em tempo útil, o prazo máximo estabelecido por este artigo para conclusão do curso poderá ser excepcionalmente prorrogado de mais 1 (um) semestre letivo, conforme prescreve o Regulamento do Curso.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

* * * * *

Sala das Reuniões, 17 de dezembro de 2008.

ROBERTO DE SOUZA SALLES
Presidente

De acordo.

ROBERTO DE SOUZA SALLES
Reitor